

2) NOTA EXPLICATIVA

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Biblioteca Nacional até o presente momento ainda não realizou a depreciação e a amortização dos seus bens móveis conforme orientações contidas na MACROFUNÇÃO — 020330 e diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, na NBC T 16.9. A FBN não tem bens para exaustão. Sendo assim, transcrevo manifestação do Chefe da Divisão de Compras Patrimônio e Almoxarifado — DCP, a respeito do assunto, elucidando o porquê da negativa desta depreciação e amortização:

*“Venho esclarecer que devido a contínua paralização dos serviços presenciais conforme o prolongamento do protocolo de prevenção à pandemia do Covid-19, estamos programando para assim que possível retomar a implantação do sistema **Siads-módulo de patrimônio**, que irá subsidiar na emissão dos relatórios de depreciação dos bens móveis desta FBN.*

Vale ressaltar que até o presente momento só foi possível a implantação em referência em todo o prédio da rua Debret, aguardando a liberação para o início nos endereços a seguir:

- Casa de Leitura,
- Prédio Tele Porto,
- Prédio Anexo e por final,
- Prédio Sede.”

A respeito da avaliação e mensuração de ativos e passivos da FBN, o principal critério utilizado é a do custo histórico, que nada mais é a quantidade de recursos despendidos ou prometidos pela entidade para

aquisição de um ativo; ou a quantidade de recursos recebidos de uma obrigação ou bem, no caso dos passivos. Já o valor justo é a quantidade de recursos que podem ser obtidos em função da troca de um ativo ou pela liquidação de um passivo, num negócio jurídico celebrado entre partes independentes, com níveis equivalentes de conhecimento do negócio e em que não resulte numa parte ostensivamente favorecida.